



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
SECRETARIA EXECUTIVA DO PLAS/JMU

EDITAL nº 02, de 30 de julho de 2009
CREDENCIAMENTO MÉDICO
AUDITORIAS

O SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR torna público a abertura de credenciamento no território nacional exceto para o Distrito Federal, para pessoas jurídicas interessadas na prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico aos beneficiários do Plano de Saúde da Justiça Militar da União – PLAS/JMU, com fundamento no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, observadas as condições abaixo exaradas.

I – DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS

As propostas serão recebidas na Secretaria Executiva do PLAS/JMU, no Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, 8º andar, sala 804, Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília, DF, CEP 70.098-900, de segunda a sexta-feira, no horário das 14h às 18h, ou nas Auditorias da Justiça Militar da União, nos endereços constantes do Anexo I.

II – DO OBJETO

Credenciamento para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico aos beneficiários do PLAS/JMU.

III- DAS CONDIÇÕES GERAIS

1. O prazo de validade do credenciamento poderá ser de até 60 (sessenta) meses, a contar da assinatura do Termo de Credenciamento.
2. O Termo de Credenciamento será assinado pelo representante da entidade, legalmente habilitado. No caso de procurador, será aceita apenas procuração passada em cartório e com autorização específica para o ato.
3. Os interessados poderão solicitar credenciamento a qualquer tempo, desde que cumpridos todos os requisitos e que esteja vigente o presente Edital..

IV- DO PROCESSAMENTO

1. Para habilitar-se ao credenciamento, o interessado deverá requerê-lo, mediante a apresentação de carta-proposta, enquanto permanecer aberto o Aviso de Credenciamento, endereçada à Secretaria Executiva do PLAS/JMU.
2. A carta-proposta deverá atender às seguintes exigências:

- 2.1. Ser datilografada ou impressa em papel timbrado da instituição ou receituário, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, datada e assinada por quem de direito;
- 2.2. Conter declaração de inexistência de fato superveniente da habilitação, nos termos do § 2º do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo no Anexo II;
- 2.3. Conter declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal modelo no Anexo III;
- 2.4. Conter declaração de que não possui em seu quadro de pessoal cônjuge ou companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores ou magistrado da Justiça Militar da União, conforme modelo Anexo IV;
- 2.5. Informar endereço, dia e horário de atendimento;
- 2.6. Especificar a equipe técnica, relação do corpo clínico, constando o número do registro do profissional no respectivo Conselho Regional;
- 2.7. Indicar o nome do banco, número da agência e conta-corrente onde deverão ser creditados os pagamentos;
- 2.8. Declarar total concordância com as condições estabelecidas neste edital.

V - DA HABILITAÇÃO

1. Deverão ser juntados, ainda, à carta-proposta os seguintes documentos para fins de habilitação:

1.1. Quanto à qualificação técnica:

- a) registro na entidade profissional competente;
- b) termo de responsabilidade técnica emitido por órgão oficial;
- c) relação do corpo clínico dos profissionais de saúde, por especialidade e por unidade de atendimento, com os números dos CPF/MF e registros das especialidades nos respectivos conselhos;
- d) alvará para funcionamento.

1.2. Quanto à habilitação jurídica:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) identificação, inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF, Cédula de Identidade – RG e procuração dos representantes legais da instituição, caso não estejam indicados no ato constitutivo.

1.3. Quanto à regularidade fiscal:

- a) prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e Certidão Negativa de Débito - CND;
- b) prova de regularidade com o recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS e Certidão de Regularidade Fiscal - CRF;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional por meio da Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais e da Certidão quanto à Dívida Ativa da União;
- d) outros documentos obrigatórios provenientes de legislação superveniente.

2. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser apresentados em cópias autenticadas por Tabelião de Notas ou por servidor habilitado da Justiça Militar da União.
3. A carta-proposta, acompanhada dos documentos necessários à habilitação será autuada em processo específico na Secretaria Executiva do PLAS/JMU.
4. Estará apta ao credenciamento apenas a instituição que apresentar toda a documentação exigida e obtiver a manifestação favorável da Secretaria Executiva do PLAS/JMU.

VI – DOS SERVIÇOS

1. A instituição prestará em suas dependências e instalações, nos dias e horários normais de funcionamento, serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico conforme carta-proposta.
2. A clientela será constituída pelos beneficiários do Plano de Saúde da Justiça Militar da União – PLAS/JMU. O atendimento será prestado ao beneficiário mediante a apresentação de:
 - 2.1. Carteira de identificação do Plano de Saúde da Justiça Militar da União - PLAS/JMU;
 - 2.2. Documento pessoal de identificação do beneficiário ou responsável.
3. A instituição deverá observar, em todos os procedimentos, as orientações técnicas e operacionais constantes da tabela de preços e procedimentos acordada entre as partes.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Prestar os serviços em conformidade com o estabelecido nas instruções constantes da tabela de preços e procedimentos acordada entre as partes.
2. Disponibilizar aos beneficiários do PLAS/JMU somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe.
3. Prestar os serviços em conformidade com o estabelecido nos termos do Código de Ética da categoria.
4. Atualizar, junto à Secretaria Executiva do PLAS/JMU, as alterações promovidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, bem como os documentos que tenham suas validades expiradas.
5. Solicitar formalmente à Secretaria Executiva do PLAS/JMU autorização para inclusão de especialidades, conforme o objeto do credenciamento. A confirmação da sua inclusão ficará condicionada à prévia e expressa autorização da Secretaria Executiva do PLAS/JMU.
6. Informar à Secretaria Executiva do PLAS/JMU a composição de seu corpo clínico sempre que houver alteração, observando que deverá ser informada a especialidade devidamente registrada no respectivo conselho.
7. Manter, durante todo o período de vigência do credenciamento, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente no que tange à regularidade fiscal e à capacidade técnica e operativa.
8. Poderá o Superior Tribunal Militar, a qualquer tempo, exigir do credenciado a comprovação das condições referidas no item anterior.
9. Além das obrigações expressamente previstas neste Edital e de outras decorrentes da natureza do credenciamento deverá o Superior Tribunal Militar efetuar os pagamentos nas datas avençadas.
10. O beneficiário do PLAS/JMU poderá noticiar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

VIII – PREÇO

Os serviços serão remunerados com base nos valores e instruções da Tabela de Convênios e Credenciamento do PLAS/JMU, ou tabelas aprovadas e homologadas pela Associação Médica Brasileira, ou tabela adotada pela instituição, desde que atenda aos interesses do PLAS/JMU.

IX – REAJUSTE

1. O preço dos serviços poderá ser renegociado entre o credenciante e o representante da credenciada, obedecida, em caso de eventual majoração, a periodicidade mínima de 01 (um) ano, e observado, como limite máximo de variação, o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP/DI calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas no período correspondente.

1.1. Na solicitação de reajuste, o credenciado deverá apresentar justificativa e planilha com cálculo do reajuste pretendido.

X – DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO

1. Os pagamentos serão efetuados sempre que houver prestação de serviços e mediante crédito em conta bancária da instituição credenciada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da entrega da nota fiscal.

1.1. Serão observadas a ordem cronológica de exigibilidade dos créditos prescrita no artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e o calendário de pagamentos do Superior Tribunal Militar.

1.2. O depósito em conta bancária produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

2. O credenciado deverá apresentar os documentos de cobrança referentes aos serviços concluídos em datas estipuladas pelo PLAS/JMU, bem como indicar o banco, agência e número da conta corrente em que o crédito deva ser efetuado.

3. O credenciado deverá apresentar juntamente com o documento fiscal relação com indicação dos serviços executados e as respectivas Guias de Serviço.

4. Por ocasião de cada pagamento, o Superior Tribunal Militar exigirá do credenciado a comprovação de sua regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Nacional, mediante apresentação das competentes certidões negativas.

5. No ato da efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.

6. Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes à época da prestação dos serviços

7. Na ocorrência de erro ou circunstância que impeça a análise do faturamento, os documentos apresentados serão devolvidos ao credenciado para que providencie a medida saneadora.

8. Poderá o PLAS/JMU, após análise dos documentos de cobrança, realizar glosas dos valores cobrados. O valor recusado será deduzido do valor da própria fatura. Serão encaminhadas ao credenciado as razões da glosa.

9. Em caso de discordância quanto aos valores glosados, o credenciado terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do pagamento, para contestar.

10. Deverão ser refaturados, com os valores vigentes à época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas.

11. Os documentos necessários ao faturamento das despesas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do PLAS/JMU, localizada no Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, 8º andar, sala 804, Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília, DF, CEP 70.098-900.

XI - DA CORREÇÃO MONETÁRIA

1. Nos casos de atraso no pagamento, desde que para tal não tenha concorrido de algum modo o credenciado, o valor devido será corrigido monetariamente *pro rata temporis*, com base do último Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna – IGP/DI conhecido quando do faturamento da quantia principal.

1.1. O IGP/DI a ser aplicado será o que estiver compreendido entre a data limite estipulada para pagamento e aquela em que for emitida a nota fiscal de cobrança da correção monetária.

1.2. O cálculo é da responsabilidade do credenciado e deverá ser apresentado quando do refaturamento da diferença devida.

2. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pelo credenciado, contados a partir da data do crédito em conta.

3. Juntamente com o documento fiscal ou equivalente de cobrança da correção monetária, o credenciado apresentará memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

XII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da execução do objeto deste Edital correrá à conta de recursos consignados ao Superior Tribunal Militar no Orçamento Geral da União.

XIII – DAS PENALIDADES

1. Pela execução insatisfatória dos serviços, tais como cobranças de procedimentos não realizados ou indevidos e pelo descumprimento de quaisquer das condições constantes nas Instruções das Tabelas do PLAS/JMU e do Termo de Credenciamento, sujeita-se o credenciado às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

2. A multa prevista no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 será aplicada no percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor do procedimento não realizado, realizado de forma insatisfatória, realizado parcial ou injustificadamente ou cobrado indevidamente.

2.1. O valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Superior Tribunal Militar ao credenciado.

3. O disposto no artigo anterior não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeito o credenciado, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.

4. As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas.

XIV – DO DESCREDENCIAMENTO

1. O Termo de Credenciamento poderá ser denunciado:

1.1. Por ato unilateral e escrito do Superior Tribunal Militar, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, e/ou perda das condições que ensejaram o credenciamento;

1.2. Amigavelmente, por iniciativa do Superior Tribunal Militar ou do credenciado, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias para interrupção dos atendimentos, contados a partir da comunicação formal.

2. Reserva-se à Secretaria Executiva do PLAS/JMU o direito de determinar a suspensão temporária dos serviços quando do desatendimento, por parte do credenciado, de quaisquer das condições avençadas, até decisão exarada em processo administrativo, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3. Iniciado o processo de apuração de irregularidades, o credenciado não poderá utilizar-se do previsto no subitem 1.2 desta cláusula, até a decisão final proferida no respectivo processo.

4. A instituição somente poderá habilitar-se a novo processo de credenciamento depois de transcorrido o prazo de um ano do descredenciamento, decorrente da hipótese prevista no subitem 1.2 desta cláusula.

5. O descredenciamento não exime o credenciado das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.

6. Na ocorrência de qualquer das hipóteses de descredenciamento previstas nesta cláusula, os tratamentos que porventura estiverem em curso deverão ser concluídos pelo credenciado, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do PLAS/JMU.

7. Na rescisão contratual serão devidos os pagamentos de todas as despesas do credenciado incorridas durante a vigência do contrato, bem como dos respectivos encargos que ainda não tenham sido apresentados.

XV – DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS

Não existirá para o Superior Tribunal Militar solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados do credenciado, cabendo a esta assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia.

XVI – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente credenciamento fundamenta-se no *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

XVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/93, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.
2. A Secretaria Executiva do PLAS/JMU será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos Termos de Credenciamento celebrados, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento.
3. A qualquer tempo poderá a Administração do PLAS/JMU realizar inspeção das instalações para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico-operativa.
4. De conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, o credenciamento deverá ser publicado no DOU, na forma de extrato.

XVIII – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral

ANEXO I

ENDEREÇO DAS AUDITORIAS DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

AUDITORIAS	TELEFONES	ENDEREÇOS
FORO 1ª CJM Rio de Janeiro-RJ	(21) 3383-8048 3393-2082 Fax 3393-2082	Expediente: 2ª/6ª - 10h às 17h Endereço: Praia Belo Jardim, 555 – Ilha do Governador Rio de Janeiro - RJ CEP 21941-290
FORO 2ª CJM São Paulo - SP	(11) 3372-7707 Fax 3285-3709	Expediente: 2ª/5ª - 09h às 18h e 6ª - 09h às 13h Endereço: Av. Brigadeiro Luís Antônio 1249, Bela Vista – SP CEP 01317-001
1ª / 3ª CJM Porto Alegre-RS	(51) 3224-1225 3226-6314 Fax 3226-8299	Expediente: 2ª/5ª - 09h às 18h30 e 6ª - 08h às 14h Endereço: Rua General Portinho, 426 – Centro Porto Alegre - RS CEP 90010-360
2ª / 3ª CJM Bagé-RS	(53) 3242-5355 3242-5449 Fax 3242-1668	Expediente: 08h às 18h Endereço: Rua Monsenhor Costábile Hipólito, 465 Bagé - RS CEP: 96400-590
3ª / 3ª CJM Santa Maria-RS	(55) 3222-9451 Fax 3222-9800	Expediente: 08h30 às 18h Endereço: Av. Medianeira, 91 Santa Maria - RS CEP 97060-001
4ª CJM Juiz de Fora-MG	(32) 3215-1335 Fax 3215-8674	Expediente: 09h às 18h Endereço: Rua Mariano Procópio, 820 Bairro Mariano Procópio Juiz de Fora – MG CEP 36035-780
5ª CJM Curitiba – PR	(41) 3262-2318 Fax 3262-5586	Expediente: 08h às 18h Endereço: Rua Paulo Ildelfonso de Assumpção, 92, Jardim Social - Curitiba – PR CEP 41720-290
6ª CJM Salvador-BA	(71) 3231-3963 3231-2649 Fax 3371-1060	Expediente: 2ª/5ª - 08h às 18h e 6ª - 09h às 13h Endereço: Av. Luiz Viana Filho, 1600 – SMUS – Paralela, Salvador - BA CEP 41770-000
7ª CJM Recife-PE	(81) 3224-6230 3224-6790 Fax 3224-0580	Expediente: 11h às 18h Endereço: Av. Alfredo Lisboa, 173, Bairro do Recife Recife - PE CEP 50030-150
8ª CJM Belém-PA	(91) 3224-2070 3225-2080 Fax 3223-5321	Expediente: 12h30 às 19h Endereço: Av. Governador José Malcher, 611 – Nazaré Belém-PA CEP 66035-100
9ª CJM Campo Grande-MS	(67) 3321-0579 Fax 3321-6175	Expediente: 12h às 18h30 Endereço: Rua Terenos, 535 – Bairro Amambá Campo Grande - MS CEP 79008-040
10ª CJM Fortaleza-CE	(85) 3256-2700 Fax 3256-1933	Expediente: 2ª/5ª - 08h às 17h e 6ª - 08h às 12h Endereço: Av. Borges de Melo, 1711 – Bairro de Fátima Fortaleza - CE CEP 60415-510
12ª CJM Manaus-AM	(92) 3625-1340 Fax 3671-6481	Expediente: 08h às 19h Endereço: Av. do Expedicionário, 2835 – São Jorge Manaus - AM CEP 69037-000

ANEXO III

MODELO

DECLARAÇÃO

(Instituição).....
....., CNPJ ou CPF nº
sediada em (endereço)
por intermédio de seu representante legal.....
portador da Carteira de Identidade nº e do
CPF nº, DECLARA, para fins do disposto no
inciso V, do art. 27, da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.854/99, que não
emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. ()

(Local), de de 20 .

Assinatura do Responsável

Nome:

CPF:

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO IV

MODELO

DECLARAÇÃO

(Instituição).....
....., CNPJ ou CPF nº,
sediada em (endereço),
DECLARA, para fins do disposto no art. 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que não possui em seu quadro de pessoal cônjuge ou companheiro, parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de servidores ou magistrado da Justiça Militar da União.

(Local), de de 20 .

Assinatura do Responsável

Nome:

CPF:

ANEXO V

MINUTA

Termo de Credenciamento nº _____, celebrado entre o Superior Tribunal Militar, com a interveniência do Plano de Saúde da Justiça Militar da União – PLAS/JMU, e....., objetivando a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico.

A União Federal, por intermédio do SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, registrado no CNPJ sob o nº 00.497.560/0001-01, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, com a interveniência do Plano de Saúde da Justiça Militar da União – PLAS/JMU, com sede na Praça dos Tribunais Superiores, em Brasília-DF, CNPJ nº 03.625.616/0001-46, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, Moisés Francisco de Sousa, de acordo com a delegação de competência contida no Regulamento do Superior Tribunal Militar, aprovado pela Resolução nº 47, de 10 de março de 1993, e suas alterações, doravante denominado CREDENCIANTE, e, registrado no CPF ou CNPJ sob o nº, endereço, telefone ()....., fax (), correio eletrônico.....neste ato representado por, portador da Carteira de Identidade nº..... e CPF nº....., doravante denominado CREDENCIADO, na forma do caput do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993, do Ato Normativo nº 16, de 25 de maio de 2009 e demais normas aplicáveis à espécie, e do Aviso de Credenciamento nº 01/2009, tem entre si justo e acordado a prestação de serviços mediante as cláusulas e condições a seguir exaradas:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Pelo presente Termo, o CREDENCIADO compromete-se a prestar serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico aos beneficiários do PLAS/JMU, conforme proposta apresentada em

Cláusula Segunda – DOS SERVIÇOS

1. A instituição prestará em suas dependências e instalações, nos dias e horários normais de funcionamento, os serviços de assistência médico-hospitalar, meio especial de tratamento e de diagnóstico.
2. A clientela será constituída pelos beneficiários do Plano de Saúde da Justiça Militar da União – PLAS/JMU. O atendimento será prestado ao beneficiário mediante a apresentação de:
 - 2.1. Carteira de identificação do Plano de Saúde da Justiça Militar da União - PLAS/JMU;
 - 2.2. Documento pessoal de identificação do beneficiário ou responsável.
3. A instituição deverá observar, em todos os procedimentos, as orientações técnicas e operacionais constantes da tabela de preços e procedimentos acordada entre as partes.

Cláusula Terceira – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

1. Prestar os serviços em conformidade com o estabelecido nas instruções constantes da tabela de preços e procedimentos acordada entre as partes.
2. Disponibilizar aos beneficiários do PLAS/JMU somente profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe.
3. Prestar os serviços em conformidade com o estabelecido nos termos do Código de Ética da categoria.

4. Atualizar, junto à Secretaria Executiva do PLAS/JMU, as alterações promovidas no ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa, bem como os documentos que tenham suas validades expiradas.
5. Solicitar formalmente à Secretaria Executiva do PLAS/JMU autorização para inclusão de especialidades, conforme o objeto do credenciamento. A confirmação da sua inclusão ficará condicionada à prévia e expressa autorização da Secretaria Executiva do PLAS/JMU.
6. Informar à Secretaria Executiva do PLAS/JMU a composição de seu corpo clínico sempre que houver alteração, observando que deverá ser informada a especialidade devidamente registrada no respectivo conselho.
7. Manter, durante todo o período de vigência do credenciamento, todas as condições que ensejaram o credenciamento, particularmente no que tange à regularidade fiscal e à capacidade técnica e operativa.
8. Poderá o Superior Tribunal Militar, a qualquer tempo, exigir do credenciado a comprovação das condições referidas no item anterior.
9. Além das obrigações expressamente previstas neste Edital e de outras decorrentes da natureza do credenciamento deverá o Superior Tribunal Militar efetuar os pagamentos nas datas avençadas.
10. O beneficiário do PLAS/JMU poderá noticiar qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e/ou no faturamento.

Cláusula Quarta – **DO PREÇO**

Os serviços serão remunerados com base nos valores e instruções da Tabela de Convênios e Credenciamento do PLAS/JMU, ou tabelas aprovadas e homologadas pela Associação Médica Brasileira, ou tabela adotada pela instituição, desde que atenda aos interesses do PLAS/JMU.

Cláusula Quinta – **DO REAJUSTE**

1. O preço dos serviços poderá ser renegociado entre a CREDENCIANTE e o representante do CREDENCIADO, obedecida, em caso de eventual majoração, a periodicidade mínima de 01 (um) ano, e observado, como limite máximo de variação, o Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP/DI calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas no período correspondente.

1.1. Na solicitação de reajuste, o CREDENCIADO deverá apresentar justificativa e planilha com cálculo do reajuste pretendido.

Cláusula Sexta – **DO FATURAMENTO E DO PAGAMENTO**

1. Os pagamentos serão efetuados sempre que houver prestação de serviços e mediante crédito em conta bancária da instituição credenciada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da entrega da nota fiscal.

1.1. Serão observadas a ordem cronológica de exigibilidade dos créditos prescrita no artigo 5º da Lei nº 8.666/93 e o calendário de pagamentos do Superior Tribunal Militar.

1.2. O depósito em conta bancária produzirá os efeitos jurídicos da quitação da prestação devida.

2. O credenciado deverá apresentar os documentos de cobrança referentes aos serviços concluídos em datas estipuladas pelo PLAS/JMU, bem como indicar o banco, agência e número da conta corrente em que o crédito deva ser efetuado.

3. O credenciado deverá apresentar juntamente com o documento fiscal relação com indicação dos serviços executados e as respectivas Guias de Serviço.

4. Por ocasião de cada pagamento, o Superior Tribunal Militar exigirá do credenciado a comprovação de sua regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazenda Nacional, mediante apresentação das competentes certidões negativas.

5. No ato da efetivação do pagamento será efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições, de acordo com a IN nº 480, de 15/12/2004, da Secretaria da Receita Federal e suas alterações.
6. Caso o faturamento tenha por base serviços que deixaram de ser cobrados na época devida, os valores a serem faturados serão os vigentes à época da prestação dos serviços
7. Na ocorrência de erro ou circunstância que impeça a análise do faturamento, os documentos apresentados serão devolvidos ao CREDENCIADO para que providencie a medida saneadora.
8. Poderá o PLAS/JMU, após análise dos documentos de cobrança, realizar glosas dos valores cobrados. O valor recusado será deduzido do valor da própria fatura. Serão encaminhadas ao CREDENCIADO as razões da glosa.
9. Em caso de discordância quanto aos valores glosados, o CREDENCIADO terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do pagamento, para contestar.
10. Deverão ser refaturados, com os valores vigentes na época do primeiro faturamento, os valores dos serviços que tenham sido glosados em virtude do encaminhamento do documento de cobrança sem a observância das formalidades previstas.
11. Os documentos necessários ao faturamento das despesas deverão ser encaminhadas à Secretaria Executiva do PLAS/JMU, localizada no Edifício-Sede do Superior Tribunal Militar, 8º andar, sala 804, Setor de Autarquias Sul, Praça dos Tribunais Superiores, Brasília, DF, CEP 70.098-900.

Cláusula Sétima - **DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

1. Nos casos de atraso no pagamento, desde que para tal não tenha concorrido de algum modo o CREDENCIADO, o valor devido será corrigido monetariamente *pro rata temporis*, com base no último Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna - IGP/DI conhecido quando do faturamento da quantia principal.
 - 1.1. O IGP/DI a ser aplicado será o que estiver compreendido entre a data limite estipulada para pagamento e aquela em que for emitida a nota fiscal de cobrança da correção monetária.
 - 1.2. O cálculo é da responsabilidade do CREDENCIADO e deverá ser apresentado quando do refaturamento da diferença devida.
2. O mesmo critério de correção será adotado em relação à devolução dos valores recebidos indevidamente pelo CREDENCIADO, contados a partir da data do crédito em conta.
3. Juntamente com o documento fiscal ou equivalente de cobrança da correção monetária, o CREDENCIADO apresentará memória de cálculo correspondente ao valor cobrado.

Cláusula Oitava – **DA VIGÊNCIA**

1. O presente Termo de Credenciamento vigorará por 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura.
2. A vigência do presente Termo de Credenciamento, em exercícios subsequentes, ficará condicionado à existência, em cada ano, de dotação orçamentária para custeio das despesas dele decorrentes.
3. O número da Nota de Empenho, bem como a indicação dos recursos para atender as despesas do presente Termo de Credenciamento durante os exercícios subsequentes, serão publicados no DOU, na forma de extrato, tão logo seja empenhada a despesa em cada ano.

Cláusula Nona – **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

1. As despesas com a execução deste Termo de Credenciamento serão atendidas, no presente exercício, pelos recursos consignados no Orçamento Geral da União, e suplementações incorporadas no Programa de Trabalho 02.301.0566.2004.0001, Natureza da Despesa 3.3.90.39.
2. Foi emitida, em, a Nota de Empenho Estimativo nº, à conta da Dotação Orçamentária especificada nesta Cláusula.

Cláusula Décima – **DAS PENALIDADES**

1. Pela execução insatisfatória dos serviços, tais como cobranças de procedimentos não realizados ou indevidos e pelo descumprimento de quaisquer das condições constantes nas Instruções das Tabelas do PLAS/JMU e do Termo de Credenciamento, sujeita-se o CREDENCIADO às penalidades previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.
2. A multa prevista no inciso II do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 será aplicada no percentual de 100% (cem por cento) sobre o valor do procedimento não realizado, realizado de forma insatisfatória, realizado parcial ou injustificadamente ou cobrado indevidamente.
 - 2.1. O valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo Superior Tribunal Militar ao CREDENCIADO.
3. O disposto no artigo anterior não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeito o CREDENCIADO, nos termos dos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666/93.
4. As penalidades previstas nesta cláusula poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, aplicando-se o Princípio da Proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas.

Cláusula Décima Primeira – **DO DESCREDENCIAMENTO**

1. O Termo de Credenciamento poderá ser denunciado:
 - 1.1. Por ato unilateral e escrito do Superior Tribunal Militar, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, e/ou perda das condições que ensejaram o credenciamento;
 - 1.2. Amigavelmente, por iniciativa do Superior Tribunal Militar ou do CREDENCIADO, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias para interrupção dos atendimentos, contados a partir da comunicação formal.
2. Reserva-se à Secretaria Executiva do PLAS/JMU o direito de determinar a suspensão temporária dos serviços quando do desatendimento, por parte do CREDENCIADO, de quaisquer das condições avençadas, até decisão exarada em processo administrativo, observando-se o direito ao contraditório e à ampla defesa.
3. Iniciado o processo de apuração de irregularidades, o CREDENCIADO não poderá utilizar-se do previsto no subitem 1.2 desta cláusula, até a decisão final proferida no respectivo processo.
4. A instituição somente poderá habilitar-se a novo processo de credenciamento depois de transcorrido o prazo de um ano do descredenciamento, decorrente da hipótese prevista no subitem 1.2 desta cláusula.
5. O descredenciamento não exime o CREDENCIADO das garantias assumidas em relação aos serviços executados e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.
6. Na ocorrência de qualquer das hipóteses de descredenciamento previstas nesta cláusula, os tratamentos que porventura estiverem em curso deverão ser concluídos pelo CREDENCIADO, salvo nos casos de expressa manifestação técnica ou administrativa do PLAS/JMU.
7. Na rescisão contratual serão devidos os pagamentos de todas as despesas do CREDENCIADO incorridas durante a vigência do contrato, bem como dos respectivos encargos que ainda não tenham sido apresentados.

Cláusula Décima Segunda – **DA RELAÇÃO EMPREGATÍCIA E DOS ENCARGOS SOCIAIS**

Não existirá para o Superior Tribunal Militar solidariedade quanto às obrigações trabalhistas e previdenciárias para com os empregados do credenciado. Cabe unicamente ao CREDENCIADO todos os ônus advindos da relação empregatícia.

Cláusula Décima Terceira – **DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente Termo de Credenciamento tem como fundamentação legal o *caput* do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Cláusula Décima Quarta – **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. Os casos omissos serão resolvidos com base nas disposições constantes da Lei nº 8.666/93, nos princípios de direito público e, subsidiariamente, com base em outras leis que se prestem a suprir eventuais lacunas.

2. A CREDENCIANTE, por intermédio da Secretaria Executiva do PLAS/JMU, acompanhará a execução do presente Termo de Credenciamento com atribuições de orientar, fiscalizar, interditar e intervir, no seu exclusivo interesse, a fim de garantir o exato cumprimento das condições nele estabelecidas.

2.1. A Secretaria Executiva do PLAS/JMU localiza-se na Praça dos Tribunais Superiores, Brasília, DF, 8º andar do Edifício-Sede do STM. Telefones (61) 3313-9193, 3313-9361 e fax (61) 3323-9606, de segunda à sexta-feira, no horário de 12h30 a 19h00.

3. A qualquer tempo poderá a Administração do PLAS/JMU realizar inspeção das instalações para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico-operativa.

4. De conformidade com o disposto no parágrafo único, do artigo 61, da Lei nº 8.666/93, o credenciamento deverá ser publicado no DOU, na forma de extrato.

Cláusula Décima Quinta – **DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir as questões oriundas da execução deste instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e como prova de assim haverem ajustado, foi lavrado o presente Termo de Credenciamento em 02 (duas) vias de igual teor.

Brasília, de de 2009.

MOISÉS FRANCISCO DE SOUSA
Diretor-Geral do STM

Credenciado

ASSESSORIA JURÍDICA:

Testemunhas:

1. RG:

2. RG: